A hora e a vez para empreender com resíduos sólidos
Rose Mary Lopes

Os olhos dos brasileiros e do mundo futebolístico focam junho e julho de 2014. Entretanto, no segundo semestre de 2014, não somente teremos a Copa do Mundo.

Todos serão muito mais impactados, e de forma permanente, pelo que for feito para a implementação da nossa PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos), representada na Lei Federal 12.305 de 2010.

Não somente as obras dos estádios e as demais adaptações das cidades-sede estão a dever em ritmo e completude: mais de 90% de todos os nossos municípios já tinham sido gongados, no final de 2012, por não terem apresentado os seus planos de gestão dos resíduos ao Ministério do Meio Ambiente.

Parece faltar conscientização para a enormidade do desafio a ser enfrentado, além de capacitação técnica e vontade política. E essa vontade se expressa em priorizar, pleitear e arranjar recursos como forma de dar uma virada na situação de quase total insustentabilidade no trato com o nosso lixo.

Certamente não é um assunto tão glamouroso quanto à Copa. Não gera interesse e visibilidade, não tem tanta empresa correndo para oferecer patrocínio e não dá fama.

Porém, se trata de um dos setores mais vergonhosos das nossas políticas públicas, mas que afeta a vida, a saúde e a posteridade da nossa sociedade e do nosso meio ambiente.

Vamos entender um pouco mais. Resíduos sólidos são categorizados como sendo sólidos, semissólidos, gases encerrados em recipientes e líquidos que não podem ser lançados nos esgotos ou correntes de água.

Os brasileiros geram mais de 61 milhões de toneladas de lixo sólido urbano por ano, só que 11% nem sequer é coletado, pois é jogado em terrenos baldios e nos copos d´água, e 42% dos municípios os descartam em locais inadequados.

Temos em uso 2.906 lixões, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Pouco mais da metade - 58% - dos municípios pesquisados - com 51% da população urbana brasileira - diz possuir alguma iniciativa de coleta seletiva conforme dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2011, da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais).

Ou seja, desperdiça-se muito da potencialidade de reinserir muita matéria- prima nas cadeias produtivas ou de gerar insumos.

Afinal, 95% do lixo coletado, separado e tratado adequadamente são recicláveis e se transformam em agregação de valor, em vez de representar apenas custos e um passivo ambiental e danos de enormes proporções.

As cidades e os políticos poderiam agir de maneira mais empreendedora para transformar esse problema que consome muito dos recursos públicos em fonte de receita. Nos municípios de porte médio, o lixo é o terceiro maior item de despesa; e nos pequenos, com até 50 mil habitantes, é o primeiro item.

Pela PNRS, todos somos corresponsáveis pelo resíduo sólido gerado, consumido e descartado. A visão e o comportamento de toda a sociedade, entidades públicas, privadas e a sociedade civil necessita encarar o lixo como um bem econômico, com valor social, desde que reciclado e reutilizado.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.

Se o for, geraria trabalho e renda, além de preservar o meio ambiente: solo, cursos e reservas de água e ar.

Precisamos saber onde descartar adequadamente todos os produtos, bens, embalagens e resíduos do que utilizamos, desde veículos, equipamentos eletroeletrônicos, resíduos de construção civil, pneus, móveis etc.

A cadeia de logística reversa precisa ser montada para itens diferentes de latinhas de alumínio, papéis e de lubrificantes. Já existem algumas empresas, empreendedores e governos se articulando nessa direção. O Banco Santander há muito tempo recolhe pilhas usadas.

Na semana passada vi que O Boticário já possui caixas para descarte das embalagens usadas. O Grupo Pão de Açúcar, articulado com a Associação Reciclázaro e o município de São Paulo, já têm dez pontos de coleta de equipamentos eletroeletrônicos.

E prometem outros pontos nas cidades-sede da Copa em 2014. A Coopermiti, em São Paulo, conjuga reciclagem com inclusão social e educação ambiental. Ainda é pouco, diante da estimativa de 150 mil toneladas de e-lixo anualmente no Brasil.

Muitas oportunidades estão aí para serem exploradas e articuladas pelo esforço privado de empreendedores, intraempreendedores, mas também de prefeitos e governadores no sentido de estruturar a gestão dos resíduos sólidos.

Ocorrem iniciativas puxadas por governo e municípios com intuito de investir e construir aterros sanitários que atendam a uma região, abarcando diversos municípios que, isoladamente, não teriam como criar uma solução adequada.

Todavia, é preciso perceber que o lixo e o descarte dos resíduos sólidos vão além da construção de aterros sanitários. Há que se estruturar toda uma cadeia de reciclagem e de remanufatura dos resíduos, dos equipamentos e bens descartados.

A remanufatura de produtos mecânicos e eletrônicos, exemplo de peças de veículos, celulares, computadores etc., é possível e gera receitas – nos EUA já atingiria mais de US$ 14 bilhões.

Oportunidades ocorrem na cadeia B2B (business-to-business): resíduos de uma indústria ou empresa servem como matéria-prima ou insumo ao processo produtivo de outras.

Uma empreendedora que percebeu isso foi a Mayura Okura, que fundou a B2Blue - classificada em 1º lugar no ESPM Startup Challenge 2012 -, uma plataforma de troca de resíduos entre empresas.

Assim, já possibilitam o reaproveitamento de resíduo têxtil, jornal, plástico, galão pet, sucata de PVC, borracha, madeira, placa de computador, metais ferrosos e não ferrosos etc..

Ou seja, é a hora e a vez de os empreendedores apresentarem soluções e empreendimentos que reciclem os resíduos sólidos, transformando-os em insumos e novos produtos.

Fonte: UOL/Economia [Portal]. Disponível em: < http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/colunistas/rose-mary-lopes/2013/04/19/a-hora-e-a-vez-para-empreender-com-residuos-solidos.htm>. Acesso em: 22 abr. 2013.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.